



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1ª ETAPA - 10/06/2006

Comissão do Concurso

Titulares

Juiz Laurival Ribeiro da Silva Filho - Presidente
Juiz Luis Carlos Candido Martins Sotero da Silva- Membro
Membro (OAB) — Alexandre Augusto Gualazzi

Suplentes

Juiz Antônio Miguel Pereira
Juíza Olga Aida Joaquim Gomieri
Membro (OAB) — Claudio Felipe Zalaf

Comissão Examinadora

Titulares

Juiz José Severino da Silva Pitas - Presidente
Juíza Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes - Membro
Dr. Mauro Trassi - Membro (OAB)

Suplentes

Juiz José Carlos Ábile
Juiz Edison dos Santos Pelegrini
Dr. Dárcio José Novo - Membro (OAB)

Boa Sorte !



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1ª ETAPA - 10/06/2006

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

O Presidente da Banca Examinadora da Prova de Conhecimentos Gerais de Direito divulga orientações a serem observadas pelos candidatos nos dias de realização das provas:

1. Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura, devem ser conferidos. Não rubrique, não dobre e não amasse a Folha-Resposta..
2. Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões. Verifique, também, se as questões estão legíveis. Havendo qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa, etc) solicite, imediatamente, a substituição. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da Prova.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada. A Comissão Examinadora, os Magistrados Presidentes de Sala e os Fiscais não darão quaisquer esclarecimentos de conteúdo, pois, a compreensão da Prova é encargo do candidato.
4. Não se admitirá rasura na Folha-Resposta ou uso de corretivos. Não haverá substituição da Folha-Resposta.
5. A Folha-Resposta deve ser assinalada com caneta esferográfica preta.
6. É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, como anotações, livros, códigos, legislação, etc. A transgressão importará em eliminação do candidato, no ato.
7. Será apreendida a Prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro.
8. Por motivo de segurança, não se permite, durante a prova, o uso de aparelhos celulares, relógios digitais, notebooks, calculadora, palm top ou similares. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.
9. A prova tem duração de quatro(4) horas e esgotado o tempo fica o Fiscal autorizado a retirar, de pronto, a Folha-Resposta.
10. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

Campinas, 10 de junho de 2006.
José Severino da Silva Pitas
Juiz Presidente da Banca Examinadora

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. NÃO É PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL:

- a) universalidade do atendimento;
- b) equivalência dos benefícios;
- c) seletividade na prestação dos serviços;
- d) redutibilidade do valor dos benefícios;
- e) equidade do custeio.

2. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) a seguridade social tem por objetivo a gestão tripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados;
- b) a contribuição social incide sobre rendimento do trabalho creditado, a qualquer título, à pessoa física que preste serviço à empresa, mesmo sem vínculo empregatício;
- c) a contribuição social incide sobre a receita ou o faturamento, mas não sobre o lucro;
- d) a contribuição social destinada a garantir a expansão da seguridade social, não se aplica a regra da não-cumulatividade;
- e) as contribuições sociais das empresas, incidentes sobre a folha de salários, não poderão ter bases de cálculo diferenciadas.

3. ACERCA DO PERÍODO DE CARÊNCIA, É INCORRETO AFIRMAR:

- a) depende para concessão de aposentadoria especial;
- b) independe para concessão de auxílio-reclusão;
- c) independe para concessão de salário-maternidade à empregada doméstica;
- d) independe para concessão de salário-família;
- e) depende para concessão da aposentadoria por invalidez decorrente de acidente.

4. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) não incide contribuição social sobre aposentadoria concedida pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF;
- b) a lei veda qualquer forma de concessão de remissão das contribuições sociais da empresa, incidente sobre a folha de pagamento;
- c) participante de regime próprio de previdência pode ser filiado ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo;
- d) a lei não poderá dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda, tendo em vista o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios;
- e) pelo regime geral de previdência social, a concessão da aposentadoria ao professor terá redução de cinco anos no tempo de contribuição e no de idade, respectivamente, desde que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério no ensino superior.

5. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento do regime geral de previdência social de antes da investidura;
- b) quem presta serviço eventual a empresa, sem relação de emprego, é segurado obrigatório da previdência social, como contribuinte individual;
- c) o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço, é equiparado a empresa, para fins de seguridade social;
- d) a alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo é de 20% sobre o respectivo salário-de-contribuição;
- e) a contribuição devida à seguridade social pelo produtor rural pessoa jurídica, cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria, é a mesma do empregador rural pessoa física, ou seja: 2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.

6. INTEGRA O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO:

- a) o salário-maternidade;
- b) a importância recebida a título de incentivo à demissão;
- c) a importância recebida a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT;
- d) os abonos expressamente desvinculados do salário;
- e) o valor recebido em decorrência da cessão de direitos autorais.

7. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) a empresa é obrigada a arrecadar, descontar e recolher a contribuição devida dos trabalhadores avulsos a seu serviço, até o dia dois do mês seguinte ao da competência;
- b) a empresa é obrigada a arrecadar e recolher a contribuição devida pelo contribuinte individual e facultativo, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência;
- c) o empregador doméstico está obrigado a arrecadar e recolher a contribuição devida do segurado empregado a seu serviço, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência;
- d) o condômino da unidade imobiliária é solidariamente responsável com o construtor pelas obrigações previdenciárias da obra; mas o adquirente da unidade imobiliária que realiza operação com o incorporador de imóveis não possui tal obrigação;
- e) as contribuições sociais pagas com atraso, ficam sujeitas aos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, incidentes sobre o valor atualizado, e multa de mora, todos de caráter irrelevável.

8. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o direito de a Previdência cobrar seus créditos é imprescritível;
- b) o direito de a Previdência cobrar seus créditos prescreve em cinco anos;
- c) o direito de a Previdência cobrar seus créditos prescreve em dez anos;
- d) a ação do segurado para a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário prescreve em cinco anos;
- e) a ação do beneficiário para haver diferenças de prestações previdenciárias prescreve em dez anos.

9. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) nos acordos homologados é obrigatória a discriminação das parcelas legais, relativas à contribuição previdenciária, sob pena de incidência sobre o valor total do acordo;
- b) os membros do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS – são nomeados pelo Presidente da República, sendo que os representantes dos trabalhadores em atividade, indicados pelas centrais sindicais, titulares e suplentes, gozarão de estabilidade no emprego, até um ano após o término do mandato;
- c) entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados;
- d) mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, durante o prazo máximo de doze meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, mesmo que tiver contribuído por mais de cento e vinte meses ininterruptamente;
- e) é beneficiário do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado, o irmão inválido.

10. SOBRE ACIDENTE DO TRABALHO, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) ocorre pelo exercício do trabalho do produtor rural (segurado especial), provocando lesão corporal que cause a redução da capacidade para o trabalho;
- b) não se constitui contravenção penal, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho;
- c) é considerada doença do trabalho a inerente a grupo etário;
- d) é considerada doença do trabalho, a doença degenerativa;
- e) não se equipara ao acidente do trabalho, o infortúnio sofrido pelo segurado, no local e no horário do trabalho, em consequência de caso fortuito ou decorrente de força maior.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

11. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse particular das partes, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas;
- b) a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais, segundo a CLT, é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita;
- c) tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervido no processo responderá subsidiariamente pelo pagamento das custas devidas;
- d) no processo de execução são devidos emolumentos, sempre de responsabilidade do executado e pagos ao final, conforme tabela contida na CLT;
- e) o Ministério Público do Trabalho não está isento do pagamento de custas.

12. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) a parte interessada no depoimento de testemunha que não saiba falar a língua nacional deverá arcar com as despesas do intérprete;
- b) cabe recurso de revista ao TST das decisões em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal;

- c) a testemunha que for parente até o 3º grau civil, prestará compromisso legal, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais;
- d) estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional;
- e) o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

13. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST e violação direta da Constituição da República;
- b) para instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara do Trabalho, dentro de trinta dias, contados da data da suspensão do empregado;
- c) o arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor;
- d) das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal;
- e) o arrematante tem o prazo de 48 horas para pagar o preço da arrematação, sob pena de perder, em benefício da execução, o sinal dado em garantia.

14. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo os dissídios individuais ou coletivos cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação;
- b) nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, deverá ser formulado pedido certo ou determinado, com indicação do valor correspondente, cabendo ao reclamante indicar o nome e endereço corretos do reclamado, sendo que a não observância desses requisitos acarretará o arquivamento da reclamatória com a condenação do autor ao pagamento de custas, arbitradas sobre o valor da causa;
- c) no procedimento sumaríssimo serão decididos de plano todos os incidentes e exceções, inclusive exceção de incompetência "ex ratione loci";
- d) submetida a demanda ao procedimento sumaríssimo, adotará o julgador, em cada caso, a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum;
- e) no procedimento sumaríssimo, somente será deferida prova técnica quando a prova do fato o exigir ou for legalmente imposta, devendo as partes ser intimadas para manifestação sobre o laudo, no prazo comum de cinco dias.

15. - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, sendo cabível no prazo de oito (08) dias, nos casos de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de recurso de revista e de embargos, havendo necessidade de a matéria nele veiculada estar relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária;
- b) o agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença;
- c) o prazo para a defesa oral é de trinta minutos;

- d) contra decisão em agravo regimental interposto em reclamação correicional ou em pedido de providência, não cabe recurso ordinário;
- e) cabe agravo de instrumento, no prazo de quinze dias, das decisões do juiz ou presidente, nas execuções.

16. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) a penhora de bens deverá garantir o pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes devidos a partir da data da homologação da conta de liquidação;
- b) a execução trabalhista poderá ser promovida por qualquer interessado, ou "ex officio", pelo próprio juiz ou tribunal competente;
- c) a execução de crédito trabalhista contra empresa, mesmo após a decretação da liquidação extrajudicial, deverá prosseguir diretamente na Justiça do Trabalho;
- d) na liquidação e execução trabalhistas não se exige a identidade física do magistrado, segundo a Súmula do TST;
- e) é faculdade do juiz, após elaborada a conta e tornada líquida, conceder prazo para impugnação, sendo que a omissão da parte acarreta a preclusão.

17. SOBRE A AÇÃO RESCISÓRIA, NO PROCESSO DO TRABALHO, CONSIDERANDO AS SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA DO TST, ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:

- a) o sindicato não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, se for substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda;
- b) o cabimento de ação rescisória com fundamento na invalidação de confissão não comporta a hipótese de confissão ficta, resultante de revelia;
- c) não cabe ao juízo da execução, na ação rescisória, determinar os descontos previdenciários e fiscais, ainda que a sentença exequenda tenha sido omissa sobre a questão;
- d) a exceção de incompetência, oposta no prazo recursal, sem ter sido aviado recurso próprio, tem o condão de afastar a consumação da coisa julgada e postergar o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória;
- e) dispensável ao processamento da ação rescisória, a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda.

18. –ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) na vigência de convenção, acordo ou sentença normativa, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos sessenta dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo pacto coletivo tenha vigência no dia imediato a este termo;
- b) o dissídio coletivo será proposto mediante representação escrita ao Presidente do Tribunal, pela entidade sindical interessada e, somente no caso de suspensão do trabalho poderá a representação ser instaurada pelas federações correspondentes ou, na falta destas, pelas confederações respectivas;
- c) caberá pedido de revisão da decisão que fixar condições de trabalho quando decorridos mais de dois anos de sua vigência e houver alteração das circunstâncias que a ensejaram;
- d) a revisão das decisões que fixarem condições do trabalho, somente poderá ser promovida pelo Tribunal prolator e pela Procuradoria da Justiça do Trabalho;
- e) a decisão sobre novas condições de trabalho não se estenderá, em hipótese alguma, a outros empregados, ainda que integrantes da mesma categoria profissional.

19. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) é vedado à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto na causa exceção de incompetência;
- b) cada parte poderá arrolar até três testemunhas, exceto nos casos de inquérito ou procedimento sumaríssimo, hipóteses em que esse número será de cinco e duas testemunhas, respectivamente;
- c) na audiência, tem o reclamado o prazo de vinte minutos para aduzir razões-finais;
- d) apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou tribunal designará audiência dentro de dez dias para instrução e julgamento da exceção;
- e) somente mediante provocação das partes, poderão ser declaradas as nulidades.

20. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) a citação por edital somente será feita quando o executado não for encontrado, após ser procurado por duas vezes no espaço de 72 horas;
- b) nos embargos de terceiro, a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação, valor da execução ou prescrição da dívida;
- c) é competente para a execução de título executivo extrajudicial, o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria;
- d) na execução, não tendo sido arroladas testemunhas na defesa, o juiz, conclusos os autos, proferirá sua decisão, dentro de dez dias, julgando subsistente ou insubsistente a penhora;
- e) cabem embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de dez (10) dias, a contar da publicação da conclusão do acórdão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) pode-se dizer que o Código de Processo Civil vigente, consagrou o princípio dispositivo, com sua pureza clássica;
- b) o Princípio do Devido Processo Legal é informativo do processo civil, mas não do processo do trabalho, diante da consagração do princípio da norma mais favorável;
- c) não há mais prova de valor previamente hierarquizado no direito processual moderno;
- d) o atual CPC consagrou o princípio inquisitório, com sua pureza clássica;
- e) a Constituição Federal não consagrou o princípio processual da ampla defesa e do contraditório.

22. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) jurisdição é a 'medida da competência' conferida ao órgão jurisdicional, pela jurisprudência;
- b) jurisdição é a atividade precípua do Poder Judiciário de 'dizer o direito', na solução dos conflitos de interesses, apenas pelos meios previstos na jurisprudência;
- c) em qualquer hipótese, a incompetência só pode ser reconhecida se argüida pelo interessado;
- d) a competência, em razão do valor ou do território, poderá modificar-se pela conexão ou continência;
- e) o conflito de competência só poderá ser suscitado, mediante votação do órgão colegiado, com remessa dos respectivos autos.

23. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) haverá sentença de mérito, mesmo estando ausente o interesse de agir;
- b) para se propor uma ação basta a legitimidade da parte;
- c) o exame das condições da ação deve, sob pena de preclusão, ser feito, até o momento do saneamento do feito;
- d) a substituição processual consiste na possibilidade de outrem poder, exclusivamente, no pólo passivo, defender direito alheio;
- e) o interesse de agir pode limitar-se à declaração de autenticidade de documento.

24. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA

- a) não havendo preceito legal, nem assinação pelo juiz, será de cinco (5) dias o prazo processual para a prática de ato a cargo da parte;
- b) se o réu for revel e não contestar a ação, reputar-se-á verdadeira a matéria de direito sustentada pelo autor, na inicial;
- c) é exeqüível sentença homologatória de conciliação, ainda que verse matéria não posta em juízo;
- d) o procedimento comum é ordinário ou sumário;
- e) mediante requerimento, o magistrado pode antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida.

25. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) o processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial;
- b) a alteração do pedido ou da causa de pedir será permitida até a sentença ;
- c) a suspensão do processo, mediante convenção das partes, não pode exceder a seis (6) meses;
- d) suspende-se o processo, no máximo por um ano, na hipótese de se necessitar verificar determinado fato requerido a outro juízo;
- e) extingue-se o processo, com julgamento de mérito, quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

26. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) os atos processuais se realizarão nos prazos prescritos em lei, e quando esta for omissa o juiz determinará os prazos, tendo em vista a complexidade da causa;
- b) o devedor não pode assumir, no processo, posição idêntica ao do exeqüente, procedendo, por exemplo, ao cálculo de liquidação;
- c) toda e qualquer execução contra Fazenda Pública deve se sujeitar à precatório;
- d) são absolutamente impenhoráveis, os utensílios e os instrumentos necessários à atividade da sociedade Ltda;
- e) é nula a execução se o título executivo for líquido.

27. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o juiz receberá o recurso de apelação, mesmo estando a sentença em conformidade com súmula do STJ ou do STF;
- b) na exceção de incompetência absoluta, a petição poderá ser protocolada, no juízo do domicílio do réu;

- c) no julgamento de apelação, a qualquer juiz é facultado pedir vista do processo, devendo devolvê-lo no prazo de 30 dias;
- d) na execução, se o cálculo depender de dados existentes, em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo de 30 dias para o cumprimento da diligência;
- e) depois de publicada a sentença de mérito, o magistrado não pode alterá-la, para corrigir inexactidões materiais, ou erros de cálculo.

28. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) se um litigante decair de parte mínima do pedido, responderá proporcionalmente pelos honorários e despesas processuais;
- b) nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente, mas rateadas entre os interessados;
- c) as despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público ou da Fazenda Pública, serão pagas afinal pelo vencido;
- d) o pedido de limitação de litisconsórcio facultativo interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão;
- e) a assistência não obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

29. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) para o trabalhador rural, nos serviços caracteristicamente intermitentes, os intervalos entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, desde que tal hipótese seja expressamente ressalvada na carteira de trabalho, serão computadas como de efetivo trabalho;
- b) considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceder a vinte e cinco horas mensais;
- c) os empregados contratados sob o regime de tempo parcial poderão prestar, no máximo, duas horas extras diárias, que devem ser quitadas com adicional de 100%;
- d) nos casos de excesso de horário, por motivo de força maior, o valor devido pela prestação da hora normal não sofrerá acréscimo algum;
- e) nas hipóteses de excesso de horário, por necessidade imperiosa, a jornada não poderá exceder de 12 horas extras diárias, nem ultrapassar o período de 60 dias por semestre.

30. PARA O TRABALHADOR RURAL, NA ATIVIDADE PECUÁRIA, CONSIDERA-SE NOTURNO O TRABALHO EXECUTADO ENTRE:

- a) 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte;
- b) 22 horas de um dia e as 4 horas do dia seguinte;
- c) 21 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte;
- d) 20 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte;
- e) 20 horas de um dia e as 4 horas do dia seguinte.

31. NA MODALIDADE DE REGIME DE TEMPO PARCIAL, APÓS DOZE MESES DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, O EMPREGADO, QUE NÃO APRESENTA FALTAS INJUSTIFICADAS, TERÁ DIREITO A:

- a) 16 dias de férias, quando a jornada semanal for superior a quinze horas e não exceder o limite de dezoito horas;
- b) 16 dias de férias, quando a duração de trabalho semanal for superior a dezoito horas e não ultrapassar o limite de vinte horas;
- c) 18 dias de férias, quando a jornada semanal for superior a vinte e duas horas e não exceder de vinte e cinco horas;
- d) 18 dias de férias, quando a jornada semanal for superior a vinte horas e não exceder de vinte e duas horas;
- e) 30 dias de férias, desde que tenha cumprido jornada semanal de vinte e cinco horas e não exceder o limite de trinta e seis horas.

32. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar voluntário será computado no período aquisitivo de férias, desde que ele compareça na empresa dentro de 120 dias da data em que se verificar a baixa;
- b) o empregado estudante, maior de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias no trabalho com as férias escolares;
- c) é facultado ao empregado, contratado sob o regime de tempo parcial, converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário;
- d) não são consideradas faltas ao serviço, para efeito de férias, o período de prisão preventiva do empregado, mesmo nos casos em que ele, em decorrência do fato que ensejou tal medida, seja condenado criminalmente;
- e) o empregado contratado, sob o regime de tempo parcial, que tiver mais de sete faltas injustificadas durante o período aquisitivo, terá seu período de férias reduzido à metade.

33. QUANTO ÀS FÉRIAS COLETIVAS, É CORRETO AFIRMAR:

- a) sua bipartição depende exclusivamente do empregador, sendo desnecessária a comprovação da existência de casos excepcionais, mas nenhum período pode ser inferior a dez (10) dias corridos;
- b) o seu momento, a abrangência e o fracionamento devem ser ajustados em acordo coletivo de modo que não dependam exclusivamente do empregador;
- c) sua bipartição só pode ocorrer em casos excepcionais e nenhum dos períodos pode ser inferior a dez (10) dias corridos;
- d) os empregados contratados há mais de 12 meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo;
- e) devem ser concedidas a todos os empregados da empresa e não apenas para aqueles que laboram em determinados setores.

34. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) cabe ao empregador, anualmente, designar, dentre os empregados eleitos como membros da CIPA, o seu Presidente;
- b) o Vice-Presidente da CIPA será um dos membros representantes do empregador, cuja escolha, porém, caberá aos empregados em escrutínio secreto;

- c) os titulares da CIPA, representantes dos empregados e do empregador, não poderão sofrer dispensa arbitrária;
- d) os representantes dos empregados da CIPA, serão eleitos por escrutínio secreto, mas só podem ser votados aqueles regularmente filiados a uma entidade sindical;
- e) o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de um (01) ano, permitida, porém, uma reeleição.

35. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o trabalho em minas de subsolo só é permitido a homens e mulheres com idade superior a 18 anos;
- b) após o período de três horas consecutivas de trabalho em minas de subsolo, o empregado terá direito a uma pausa de quinze minutos para refeição, que não será computada na duração normal do trabalho efetivo;
- c) a duração normal da jornada do chefe de portaria de empresa jornalística não pode exceder de quatro horas, tanto de dia como à noite;
- d) o fotógrafo de empresa jornalística, que não se ocupa unicamente de serviços externos, terá direito a um intervalo mínimo de dez (10) horas de repouso, a cada período diário de trabalho;
- e) sempre que, por motivo de saúde, for necessária a transferência do empregado, que trabalha em minas de subsolo para a superfície, a empregadora é obrigada a realizar referida transferência e assegurar ao trabalhador a mesma remuneração do trabalhador em subsolo.

36. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) num mesmo estabelecimento de ensino, a jornada normal do professor não poderá, por dia, exceder de quatro aulas consecutivas, nem de seis intercaladas;
- b) por motivo de falecimento do cônjuge, o professor poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, até dois dias;
- c) por motivo de gala, o professor poderá ausentar-se dos serviços, sem descontos nos salários, no decurso de nove dias;
- d) durante o período de férias escolares, que não coincidir com as férias pessoais do professor, o empregador poderá exigir trabalho relacionados com a realização de exames;
- e) não se poderá exigir do professor a regência de aulas aos domingos.

37. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) a empregada que adotar criança com idade de até um (01) ano, tem direito a licença-maternidade de 120 dias;
- b) o Juiz poderá, desde que se certifique ser a ocupação indispensável à subsistência do menor ou à de seus pais, avós ou irmãos, autorizar o trabalho do menor de 18 anos em locais de serviços insalubres;
- c) quando o menor de 18 anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão contadas em separado para efeito de consideração da jornada máxima diária permitida;
- d) em caso de prorrogação do horário normal do menor de 18 anos, será obrigatório um descanso de trinta minutos, no mínimo, antes de iniciado o período extraordinário do trabalho;
- e) o contrato de aprendizagem poderá ser estipulado por mais de dois anos, respeitada a idade de vinte e quatro anos.

38. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) os adicionais de periculosidade e/ou insalubridade pagos com habitualidade integram a remuneração do empregado e não podem mais ser suprimidos, ainda que eliminado o risco para a saúde do empregado;
- b) o adicional de insalubridade é calculado no percentual fixo de 40% sobre a remuneração do empregado;
- c) o adicional de periculosidade pago ao empregado não causa reflexo nas demais verbas trabalhistas;
- d) eliminada a causa determinante do pagamento dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, cessa o pagamento dos adicionais respectivos;
- e) o pagamento do adicional de periculosidade em caráter permanente não integra o cálculo de indenização de horas extras.

39. ASSINALE A RESPOSTA CORRETA:

- a) a terceirização de serviços é permitida para quaisquer atividades desenvolvidas pela tomadora dos serviços;
- b) na relação de terceirização de serviços aplica-se a Lei 6.019/74 pelo princípio da analogia;
- c) o trabalho temporário (Lei 6.019/74) somente é permitido para a atividade-meio da tomadora dos serviços;
- d) a mão-de-obra terceirizada é admitida em legislação própria e limitada ao período de noventa dias, prorrogável por igual prazo;
- e) não há legislação específica que regule a prestação de mão-de-obra terceirizada e a jurisprudência consolidada no TST a admite apenas para a atividade-meio do tomador dos serviços, independentemente do prazo de duração do contrato.

40. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber o valor que for habitualmente pago para serviço semelhante;
- b) o pagamento de gratificações não pode ser estipulado por prazo superior a um mês;
- c) a habitação fornecida como salário utilidade, desde que atenda aos fins a que se destina, não poderá exceder de 25% do salário mínimo legal, mesmo que o empregado receba salário maior;
- d) trabalho de igual valor, para fins de equiparação salarial, é aquele prestado por empregados de empresas do mesmo ramo econômico, cuja diferença de tempo de contrato seja inferior a dois anos;
- e) o trabalhador readaptado em nova função, em decorrência de deficiência mental, não física, servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

41. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) desde que o estudante participe em projetos de interesse social, o estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividade de extensão;
- b) os estágios celebrados sob a forma de ação comunitária estão isentos de celebração de termo de compromisso;
- c) nos períodos de férias escolares, a jornada do estagiário será estabelecida de comum acordo entre ele e a parte concedente, sempre com a intervenção da instituição de ensino;

- d) o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação, que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais;
- e) não podem ser estagiários alunos que estejam freqüentando escolas de educação especial.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

42. NA FORMA DA EC 45/04, NÃO CABE À JUSTIÇA DO TRABALHO SOLUCIONAR:

- a) litígio envolvendo o exercício do direito de greve;
- b) ação sobre representação sindical entre sindicatos e empregadores;
- c) dissídio coletivo de natureza econômica, sem anuência das partes;
- d) dissídio coletivo de natureza jurídica, sem anuência das partes;
- e) dissídio de greve, sem anuência das partes.

43. O DISSÍDIO DE GREVE, AJUIZADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, REQUER:

- a) greve no serviço público;
- b) greve em atividade essencial;
- c) greve em atividade normal e efetiva lesão do interesse público;
- d) greve em atividade essencial e possibilidade de lesão do interesse público;
- e) greve em atividade essencial ou normal e lesão ao patrimônio público.

44. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) a arbitragem do conflito coletivo, prescinde da frustração da negociação coletiva;
- b) na solução judicial do conflito coletivo econômico, respeitar-se-á as disposições convencionadas anteriormente;
- c) o princípio da liberdade sindical, insculpido na Constituição Federal de 1988, acolheu integralmente o princípio da liberdade sindical da Convenção nº. 87 da OIT;
- d) a base territorial sindical poderá ser distrital, desde que autorizado pelo Ministério do Trabalho;
- e) aposentado filiado tem direito a votar, mas não de ser votado nas organizações sindicais;

45. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) o sindicato não tem prerrogativa de impor contribuição aos seus associados participantes das categorias econômicas ou profissionais;
- b) categoria profissional decorre da similitude de condições de vida oriunda da profissão empregatícia, em atividades econômicas conexas;
- c) a organização das confederações requer o mínimo de três federações, e estas de pelo menos cinco sindicatos representativos da maioria absoluta da categoria;
- d) a contribuição sindical é compulsória e exigida anualmente de uma só vez, sendo distribuída da seguinte forma: 5% para a confederação, 15% para a federação, 60% para o sindicato e 20% para a Conta Especial Emprego e Salário, respectivamente;
- e) a jurisprudência consolidada do TST e do STF veda o desconto da contribuição confederativa dos trabalhadores não-sindicalizados.

46. SOBRE CENTRAL SINDICAL, É CORRETO AFIRMAR:

- a) é entidade de representação geral dos trabalhadores ou empregadores, constituída em âmbito nacional;
- b) é entidade associativa de direito público composta por organizações sindicais de trabalhadores;
- c) tem atribuição e prerrogativa de participar de negociações em fóruns, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse específico de certos trabalhadores;
- d) para o exercício das atribuições e prerrogativas, basta cumprir o requisito da filiação de, no mínimo, cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do País;
- e) para o exercício das atribuições e prerrogativas, exige-se filiação de trabalhadores aos sindicatos integrantes de sua estrutura organizativa de, no mínimo, dez por cento do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional;

47. ACERCA DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) devem ser celebradas necessariamente por escrito, sem emendas nem rasuras, contendo obrigatoriamente o prazo de vigência que não pode exceder a dois anos;
- b) podem ser celebradas por federações para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em sindicatos;
- c) entram em vigor na data do depósito de uma via, para fins de registro e arquivo, no órgão do Ministério do Trabalho;
- d) o instrumento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação também deve ser depositado, para fins de registro e arquivamento, no órgão do Ministério do Trabalho;
- e) as condições estabelecidas em Convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo, segundo a CLT.

48. SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO TST:

- a) a declaração de abusividade da greve é incompatível com o estabelecimento de vantagens aos partícipes;
- b) não é abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto;
- c) não é abusiva a greve que se realiza em setores que a lei considera essenciais à comunidade, se não é assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço;
- d) sindicato profissional que deflagra a greve, possui legitimidade para requerer judicialmente a legalidade do movimento paretista por ele próprio fomentado;
- e) compete somente ao TST declarar a abusividade, ou não, da greve.

49. COM BASE NA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO TST:

- a) aos servidores públicos está assegurado o direito ao reconhecimento de acordos e convenções coletivas de trabalho, por conseguinte, a via do dissídio coletivo;
- b) para legitimidade *ad processum* do sindicato é prescindível o registro da entidade sindical no órgão competente do Ministério do Trabalho;
- c) a representação sindical abrange toda a categoria, mas comporta separação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo da empresa;
- d) a legitimidade *ad causam* do sindicato requer correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico envolvidos no conflito;

e) não se exige que o edital de convocação da assembleia geral seja publicado em jornal que circule em cada um dos municípios componentes da base territorial do sindicato.

50. AÇÃO COLETIVA DE REPARAÇÃO DE DIREITOS MATERIAL E MORAL, EM FAVOR DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR DANOS DECORRENTES DE INSALUBRIDADE, NO AMBIENTE DE TRABALHO, NO ESTABELECIMENTO DA EMPRESA, NA ESFERA TRABALHISTA, POSSUI NATUREZA DE DIREITO:

- a) difuso;
- b) coletivo;
- c) individual homogêneo;
- d) difuso e coletivo;
- e) coletivo e individual homogêneo.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

2ª ETAPA - 11/06/2006

Comissão do Concurso

Titulares

Juiz Laurival Ribeiro da Silva Filho - Presidente
Juiz Luis Carlos Candido Martins Sotero da Silva- Membro
Membro (OAB) — Alexandre Augusto Gualazzi

Suplentes

Juiz Antônio Miguel Pereira
Juíza Olga Aida Joaquim Gomieri
Membro (OAB) — Claudio Felipe Zalaf

Comissão Examinadora

Titulares

Juiz José Severino da Silva Pitas - Presidente
Juíza Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes - Membro
Dr. Mauro Trassi - Membro (OAB)

Suplentes

Juiz José Carlos Ábile
Juiz Edison dos Santos Pelegrini
Dr. Dárcio José Novo - Membro (OAB)

Boa Sorte !



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

2ª ETAPA - 11/06/2006

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

O Presidente da Banca Examinadora da Prova de Conhecimentos Gerais de Direito divulga orientações a serem observadas pelos candidatos nos dias de realização das provas:

- 1 -Os dados pessoais do candidato, assim como sua assinatura, devem ser conferidos. Não rubrique, não dobre e não amasse a Folha-Resposta..
- 2 -Verifique, com muita atenção, se o caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões. Verifique, também, se as questões estão legíveis. Havendo qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa, etc) solicite, imediatamente, a substituição. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da Prova.
- 3 Cada questão possui apenas uma alternativa a ser marcada. A Comissão Examinadora, os Magistrados Presidentes de Sala e os Fiscais não darão quaisquer esclarecimentos de conteúdo, pois, a compreensão da Prova é encargo do candidato.
- 4 Não se admitirá rasura na Folha-Resposta ou uso de corretivos. Não haverá substituição da Folha-Resposta.
- 5 A Folha-Resposta deve ser assinalada com caneta esferográfica preta.
- 6 É expressamente proibida a comunicação ou consulta a qualquer material, como anotações, livros, códigos, legislação, etc. A transgressão importará em eliminação do candidato, no ato.
- 7 Será apreendida a Prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro.
- 8 Por motivo de segurança, não se permite, durante a prova, o uso de aparelhos celulares, relógios digitais, notebooks, calculadora, palm top ou similares. A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.
- 9 A prova tem duração de quatro(4) horas e esgotado o tempo fica o Fiscal autorizado a retirar, de pronto, a Folha-Resposta.
- 10 Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

Campinas, 11 de junho de 2006.
José Severino da Silva Pitas
Juiz Presidente da Banca Examinadora

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

51. QUANTO À CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, É CORRETO DIZER:

- a) considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, a não ser que em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes;
- b) estabelece a idade de 16 anos, como mínima, para a admissão em emprego;
- c) o Brasil não ratificou esta Convenção;
- d) estabelece a idade de 14 anos, como mínima, para a admissão em emprego;
- e) estabelece a idade de 18 anos, antes da qual se presumirá que a pessoa não tem capacidade para infringir as leis penais.

52. QUANTO ÀS CONVENÇÕES DA OIT, É CORRETO DIZER:

- a) a Convenção n. 138 considera a idade mínima de 15 anos para admissão ao emprego;
- b) a Convenção n. 182, que faz considerações sobre a eliminação das Piores Formas de Trabalho das Crianças, determina, expressamente, a proibição do trabalho aos menores de 16 anos, no Brasil, em Carvoarias;
- c) segundo a Constituição Federal, as Convenções da OIT, aprovadas, pela Câmara dos Deputados, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- d) as Convenções da OIT, que disciplinam relações do trabalho, passam a vigorar, no Brasil, a partir da data do depósito da ratificação dos instrumentos;
- e) segundo a Convenção n. 182, o membro que a ratificou fica obrigado a tomar medidas, em no máximo dois anos, para erradicar do país as piores formas de trabalho das crianças.

53. QUANTO À APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE, É CORRETO DIZER:

- a) segundo jurisprudência pacífica do TST, no conflito de leis trabalhistas, no espaço, aplica-se o princípio da 'lex loci contractus';
- b) a lei brasileira regula, integralmente, o trabalho, no exterior;
- c) a lei a ser aplicada ao empregado brasileiro, que trabalha, no estrangeiro, é sempre a lei do local da contratação;
- d) a lei brasileira sempre se aplica aos trabalhadores estrangeiros, de entes internacionais, localizados no Brasil.
- e) segundo a jurisprudência pacífica do TST, no conflito de lei trabalhista, no espaço, aplica-se o princípio da 'lex loci executionis'.

54. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) '*DUMPING SOCIAL*' entende-se pela introdução de cláusulas nas normas do MERCOSUL que visam à proteção dos países pobres na exportação para os países ricos;
- b) '*CLÁUSULAS SOCIAIS*', significa entendimento sobre a inserção de cláusulas de níveis máximos de proteção do trabalho, nos Acordos de âmbito internacional.
- c) OMC é organismo regulador do comércio internacional que substituiu o NAFTA;
- d) '*SELO SOCIAL*' é a marca, criada pelo Governo Lula, imprimível nos produtos, nos quais deve incidir imposto em prol da Campanha da 'Fome Zero';

- e) 'DUMPING SOCIAL' entende-se como a introdução de cláusulas nas normas do GATT que visam à proteção dos países ricos da importação de produtos dos países do terceiro mundo, cujo preço baixo decorre da existência de exíguos salários, ante o problema do desemprego na Europa, devido ao excesso de remuneração dos assalariados;

55. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil, há pelo menos dez (10) anos ininterruptos, e sem condenação penal, poderão requerer e obter a naturalização brasileira;
- b) aos portugueses, com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo as exceções consignadas, na Constituição da República Federativa do Brasil;
- c) são privativos de brasileiros natos os cargos de ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- d) o brasileiro perderá a nacionalidade, quando adquirir outra, em face do reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ;
- e) são brasileiros natos os nascidos, no Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país.

56. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) o estabelecimento de relações diplomáticas entre Estados e o envio de missões diplomáticas permanentes efetuam-se por consentimento mútuo
- b) o Tratado, que criou o MERCOSUL foi subscrito e aderido, originariamente, por: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e denomina-se TRATADO DE BUENOS AIRES;
- c) os membros da família de um agente diplomático, que com ele vivam, gozarão dos privilégios e imunidades mencionados na Convenção de Viena de 1961, desde que não sejam nacionais do Estado acreditado;
- d) o Estado acreditante pode renunciar à imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos;
- e) os funcionários consulares não poderão ser detidos ou presos preventivamente, exceto em caso de crime grave e em decorrência de decisão de autoridade judiciária competente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

57. ASSINALE A ALTERNATIVA ONDE OS ITENS ENUMERADOS SÃO CONSIDERADOS PRINCÍPIOS INFORMATIVOS OU BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

- a) legalidade, motivação, eficiência e proporcionalidade;
- b) eficiência, pessoalidade, imparcialidade e permissibilidade;
- c) contraditório, disponibilidade, improbidade e instrumentabilidade;
- d) ampla defesa, pessoalidade, permissibilidade e especialidade;
- e) publicidade, improbidade, continuidade e universabilidade.

58. O PRINCÍPIO INFORMATIVO DO ATO ADMINISTRATIVO QUE VEDA A APLICAÇÃO RETROATIVA DE NOVA INTERPRETAÇÃO DE LEI, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA ATINGIR SITUAÇÕES JÁ CONSOLIDADAS NA VIGÊNCIA DE ORIENTAÇÃO ANTERIOR, É O DA:

- a) motivação;
- b) razoabilidade;

- c) segurança jurídica;
- d) eficiência;
- e) legalidade.

59. O ATRIBUTO PELO QUAL OS ATOS ADMINISTRATIVOS SE IMPÕEM A TERCEIROS, INDEPENDENTEMENTE DE SUA CONCORDÂNCIA, É DENOMINADO DE :

- a) eficácia;
- b) imperatividade;
- c) auto-executoriedade;
- d) exequibilidade;
- e) presunção de legitimidade.

60. O ATO QUE RESULTA DA CONJUGAÇÃO DE VONTADE DE MAIS DE UM ÓRGÃO ADMINISTRATIVO, QUE SE UNEM PARA A FORMAÇÃO DE UM ÚNICO ATO, CHAMA-SE:

- a) ato composto;
- b) ato pendente;
- c) ato constitutivo;
- d) ato declaratório;
- e) ato complexo.

61. QUANTO À EMPRESA PÚBLICA, É CORRETO AFIRMAR:

- a) pode ser constituída, mediante autorização de lei específica, sob quaisquer das formas admitidas em direito e seu capital é exclusivamente público;
- b) pode ser constituída, mediante autorização de lei específica, sob quaisquer das formas admitidas em direito e seu capital é público e privado;
- c) só pode ser constituída sob a forma de sociedade anônima, mediante autorização de lei específica e seu capital é público e privado;
- d) pode ser constituída sob quaisquer das formas admitidas em direito, mediante autorização de lei específica e seu capital é exclusivamente privado;
- e) só pode ser constituída sob a forma de sociedade anônima, mediante autorização de lei específica, e seu capital será unicamente privado.

62. REVOGAÇÃO É:

- a) a supressão de um ato administrativo ilegítimo e ineficaz, realizado pelo Poder Judiciário;
- b) a supressão de um ato administrativo discricionário, legítimo e eficaz, realizado somente pela Administração, por não mais lhe convir sua existência;
- c) a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feita pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário;
- d) a declaração de invalidação de um ato administrativo ilegítimo e imperfeito apenas pelo Poder Judiciário;
- e) a invalidação, apenas pela Administração, de um ato ilegal e imperfeito.

63. A FACULDADE DE QUE DISPÕE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA RESTRINGIR O EXERCÍCIO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE, CHAMA-SE PODER DE:

- a) vinculado;
- b) regulamentar;
- c) disciplinar;
- d) polícia;
- e) hierárquico.

64. A ADMINISTRAÇÃO NÃO ESTÁ OBRIGADA A INDENIZAR O DANO SOFRIDO POR TERCEIRO, EM DECORRÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO PÚBLICO QUANDO :

- a) demonstrar que seu agente agiu com abuso no exercício de suas funções;
- b) o ofendido não comprovar a existência de dolo da Administração ou de seu agente;
- c) provar que seu agente, na execução do serviço, foi imprudente, mas não imperito;
- d) provar que o dano ocorreu por culpa exclusiva do ofendido;
- e) provar que tanto o ofendido quanto seu agente agiram com culpa.

65. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) na ação regressiva, cabe à Administração demonstrar apenas que já foi condenada a indenizar o terceiro pelo dano sofrido, sendo dispensável a demonstração da culpa ou dolo de seu agente;
- b) em caso de dano causado por multidão a particulares, a responsabilidade da Administração é objetiva, ou seja, não depende da demonstração de que ela agiu com culpa ou dolo;
- c) os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário, mesmo que lesivos a terceiros, não implicam na responsabilidade civil objetiva da Fazenda Pública;
- d) o agente público que, agindo nessa qualidade, causar danos a terceiros, por dolo, é responsável pessoalmente pela indenização cabível e a Administração Pública apenas subsidiariamente;
- e) a reparação de danos causados a terceiros pode ser feita no âmbito administrativo, desde que a Administração reconheça desde logo a sua responsabilidade e haja entendimento entre as partes quanto ao valor da indenização.

66. O PRESSUPOSTO DE FATO OU DE DIREITO QUE LEVA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A PRATICAR O ATO ADMINISTRATIVO, CHAMA-SE:

- a) finalidade;
- b) objeto;
- c) motivo;
- d) discricionariedade;
- e) vinculação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

67. EM FACE DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS VIGENTES, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) é da competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de "exequatur" às cartas rogatórias;
- b) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os "habeas data" contra ato do próprio tribunal ou de juiz federal;
- c) os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) o governador do Estado ou do Distrito Federal pode propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade;
- e) o Conselho Nacional de Justiça é presidido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que ficará excluído da distribuição de processos naquele Tribunal.

68. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário;
- b) é vedada a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
- c) os atos de improbidade administrativa apenas importarão a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário;
- d) o servidor público, após adquirir estabilidade pelo efetivo exercício por três anos, não perderá o cargo, nem mesmo em razão de sentença judicial transitada em julgado;
- e) no caso de reintegração de servidor estável, decorrente da invalidação de sua demissão por sentença judicial, o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização e aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

69. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) são bens da União os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
- b) é da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre custas dos serviços forenses;
- c) compete aos Municípios prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- d) é competência exclusiva da União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- e) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.

70. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) a emenda à Constituição será promulgada apenas pela mesa do Senado Federal;
- b) cabe privativamente ao Presidente da República a iniciativa de leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- c) compete privativamente à Câmara dos Deputados, aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Territórios;

- d) é da competência exclusiva do Congresso Nacional, autorizar, por dois terços dos seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros do Estado;
- e) a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal e de estado de defesa.

71. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o Conselho Nacional de Justiça é composto de quinze membros, com mandato de quatro anos, admitida uma recondução;
- b) funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e o Conselho Nacional de Justiça;
- c) os membros do Conselho Nacional de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional;
- d) o Advogado-Geral da União, nos crimes de responsabilidade, será processado e julgado pelo Senado Federal;
- e) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, com mais de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de quatro anos, proibida a recondução.

72. QUANTO AOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, É INCORRETO AFIRMAR:

- a) a ação popular pode ser proposta por qualquer cidadão, com o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- b) há possibilidade de uso de propriedade particular, por autoridade competente, em caso de iminente perigo público, ficando assegurado ao proprietário indenização ulterior, em caso de dano;
- c) reuniões pacíficas em locais abertos ao público somente são permitidas mediante autorização de autoridade competente;
- d) cabe mandado de injunção na ausência de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- e) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

73. É VEDADA A EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS SOBRE AS SEGUINTE MATÉRIAS:

- a) direito civil, processual penal, orçamento, direito penal e organização do Poder Judiciário;
- b) orçamento, direito do trabalho, organização do Poder Judiciário, direito penal e cidadania;
- c) organização do Poder Judiciário, direito civil, direito do trabalho, direito tributário e direitos políticos;
- d) direito do trabalho, carreira do Ministério Público, direito tributário, diretrizes orçamentárias e direito eleitoral;
- e) processo civil, direito penal, organização do Poder Judiciário, planos plurianuais e direitos políticos.

74. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) as entidades beneficentes de assistência social são isentas de contribuição para a seguridade social se atenderem as exigências da lei;
- b) a equidade na forma de participação no custeio é um dos objetivos do Poder Público ao organizar a seguridade social;
- c) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total;
- d) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios;
- e) é assegurada a aposentadoria no regime geral da previdência social à trabalhadora rural com 30 anos de contribuição e 55 anos de idade.

75. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) compete aos Tribunais dispor sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;
- b) aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo duas de magistério;
- c) aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou Tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração;
- d) compete ao Tribunal Superior do Trabalho propor ao Poder Legislativo a fixação do subsídio dos juízes dos Tribunais Regionais;
- e) somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

76. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- b) no recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação da maioria absoluta de seus membros;
- c) as funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição;
- d) compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, além de outras atribuições legais;
- e) a função de Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça será exercida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO CIVIL

77. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, com o concurso de auxiliares ou colaboradores, ainda que o exercício da profissão constitua elemento de empresa;

- b) o empresário casado pode, com necessária outorga conjugal, independente do regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa;
- c) na sociedade não personificada, os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais;
- d) o sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão;
- e) os herdeiros do cônjuge de sócio, não podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social, mas concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade.

78. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) são absolutamente incapazes os ébrios habituais que tenham o discernimento reduzido;
- b) cessa a incapacidade pela existência de relação de emprego, desde que o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria;
- c) os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação;
- d) é válida a disposição onerosa do próprio corpo para depois da morte, desde que com objetivo altruístico;
- e) o pseudônimo adotado para atividade ilícita goza da proteção que se dá ao nome.

79. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) não se considera domicílio profissional, o lugar onde a pessoa natural exerce sua atividade laborativa, pois pode exercer a profissão em lugares diversos;
- b) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados;
- c) os direitos pessoais de caráter patrimonial são considerados bens móveis para os efeitos legais;
- d) os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração;
- e) ocorre lesão quando uma pessoa inexperiente se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

80. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) comete ato lícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social;
- b) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes;
- c) prescreve em três anos a pretensão de reparação civil;
- d) é válida a renúncia à decadência fixada em lei;
- e) os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

81. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) o pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato;
- b) a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte;
- c) se o serviço for prestado por quem não possua título de habilitação, não poderá quem os prestou cobrar a retribuição normalmente correspondente ao trabalho executado;

- d) caberá a restituição por enriquecimento, mesmo se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido;
- e) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

82. NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA, É INCORRETO DIZER QUE:

- a) um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa e o outro, a pagar-lhe o preço em dinheiro;
- b) pode ter por objeto coisa atual ou futura;
- c) há nulidade quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço;
- d) podem ser comprados, ainda que em hasta pública, pelos tutores, curadores, testamentários e administradores, os bens confiados à sua guarda ou administração;
- e) nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma não autoriza a rejeição de todas.

83. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) os rios, mares, estradas, ruas e praças não são considerados bens públicos;
- b) as benfeitorias voluptuárias são aquelas que aumentam ou facilitam o uso do bem;
- c) os bens considerados naturalmente divisíveis não podem se tornar indivisíveis por determinação da lei ou vontade das partes;
- d) são coletivos os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais;
- e) são fungíveis os bens móveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

84. ASSINALE QUEM TEM DOMICÍLIO NECESSÁRIO:

- a) comerciante;
- b) organizações religiosas;
- c) servidor público;
- d) partidos políticos;
- e) associações de classe.

DIREITO COMERCIAL

85. COM BASE NA NOVA LEI DE FALÊNCIA, É INCORRETO AFIRMAR:

- a) será decretada a falência do devedor que executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita, e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal;
- b) a decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida;
- c) a decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis, também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida;
- d) poderá ser pedida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos 20 dias anteriores ao requerimento de sua falência, se ainda não alienada;
- e) a falência poderá ser requerida pelo próprio devedor, pelo cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro ou inventariante, o cotista ou acionista do devedor, na forma da lei ou do ato constitutivo da sociedade e por qualquer credor.

86. COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) interesses ou direitos difusos são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- b) interesses ou direitos coletivos são os transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
- c) interesses ou direitos individuais homogêneos, são os decorrentes de origem comum;
- d) a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente ou a título coletivo;
- e) o Ministério Público, no caso de lesão dos interesses dos consumidores jamais poderá ingressar com ação em juízo, restringindo sua atuação, nesses casos, a “custus legis”.

87. A INDENIZAÇÃO DEVIDA AO REPRESENTANTE COMERCIAL, NA HIPÓTESE DE ROMPIMENTO IMOTIVADO, PELO REPRESENTADO, DO CONTRATO SEM PRAZO CERTO, NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 1/12 DO TOTAL DA RETRIBUIÇÃO AUFERIDA:

- a) no último mês laborado, multiplicado pelo número de anos em que durou o contrato;
- b) no último ano laborado;
- c) durante o tempo que ele exerceu a representação comercial para o representado;
- d) nos últimos três meses laborados, multiplicada pelo número de anos que durou o contrato;
- e) no último semestre laborado.

88. COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais pelos serviços prestados independe da existência de culpa;
- b) o fabricante do produto só não será responsabilizado quando provar que o consumidor também agiu de forma culposa, embora não exclusiva;
- c) as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pela indenização decorrentes de infração ao Código do Consumidor;
- d) as sociedades consorciadas respondem subsidiariamente pela indenização devida em face de infração ao Código do Consumidor;
- e) as sociedades coligadas só respondem pela indenização devida em face de infração ao Código do Consumidor no caso de culpa.

89. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) é aeroviário o trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de Empresa de Transportes Aéreos;
- b) aeronauta é o profissional habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, que exerce atividade a bordo de aeronave civil nacional, mediante contrato de trabalho;
- c) são tripulantes de aeronaves: comandante, co-piloto, mecânico de voo, navegador, radioperador de voo e comissário;
- d) o número de sobreavisos que o aeronauta poderá concorrer não deverá exceder a dois semanais e oito mensais;
- e) a duração do trabalho diário do aeronauta será de oito horas, se integrante de uma tripulação mínima ou simples;

90. ASSINALE A ASSERTIVA CORRETA:

- a) o sindicato possui legitimidade para requerer a recuperação judicial da empresa devedora;
- b) o plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a trinta dias para o pagamento até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial;
- c) na falência, os créditos trabalhistas e os decorrentes de acidentes de trabalho possuem preferência, sem limitação de valor, por credor;
- d) os créditos extraconcursais não precedem sobre os créditos trabalhistas dos credores do falido, relacionados a serviços prestados antes da quebra;
- e) os créditos de natureza trabalhista ou decorrentes de acidente de trabalho submetem-se ao regime de recuperação extrajudicial de empresas.

91. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA, À VISTA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:

- a) a personalidade jurídica da sociedade poderá ser desconsiderada se houver abuso de direito, mas não por estado de insolvência decorrente de má administração;
- b) a inversão do ônus da prova, a favor do consumidor, poderá ser determinada, quando, a critério da parte, houver hipossuficiência;
- c) não se admite convenção coletiva de consumo;
- d) nas ações coletivas, a sentença que julga procedente o pedido, faz coisa julgada erga omnes, em favor daqueles possuidores de direitos individuais homogêneos;
- e) as ações coletivas, envolvendo direitos coletivos, induzem litispendência com as ações individuais ajuizadas.

92. QUANTO À NOVA LEI DE FALÊNCIA, É INCORRETO AFIRMAR:

- a) após o decreto de falência, todas as ações trabalhistas deverão ser ajuizadas no respectivo Juízo Universal;
- b) todas as ações terão prosseguimento com o administrador judicial, que deverá ser intimado para representar a massa falida, sob pena de nulidade do processo;
- c) rejeitado o plano de recuperação, pela assembléia-geral de credores, o juiz decretará a falência do devedor;
- d) tal qual a lei anterior, desobriga a exigência de juros vencidos após o decreto de falência, previstos em lei ou contrato, só na hipótese de insuficiência da massa;
- e) o arrematante, não parente, nem agente do devedor não é considerado sucessor do passivo tributário, trabalhista ou acidentário.

DIREITO PENAL

93. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o crime de calúnia não é punível contra os mortos;
- b) nos crimes de calúnia e difamação admite-se exceção da verdade;
- c) constitui injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador;
- d) no crime de furto, mesmo se o criminoso é primário e a coisa furtada de pequeno valor, o juiz não poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção;

e) exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode causar procedimento criminal contra a vítima ou terceiro é crime de estelionato.

94. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) no crime de falsificação de documento público, se o agente for funcionário público e prevalecer-se do cargo, a pena é aumentada de sexta-parte;
- b) pessoa que, perante autoridade, auto acusar-se de crime inexistente ou praticado por outrem, incorre no crime de auto-acusação falsa;
- c) aquele que frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho, incorre em crime contra a organização do trabalho;
- d) diz-se crime consumado, quando nele se reunirem todos os elementos de sua definição legal;
- e) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado, isenta o agente de pena.

95. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) age, em legítima defesa, quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, ainda que futura, a direito seu;
- b) usar de grave ameaça para favorecer interesse alheio contra parte em processo administrativo, constitui crime de coação no curso do processo;
- c) o crime é culposo quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia;
- d) o desconhecimento da lei penal é inescusável, contudo, pode constituir circunstância atenuante;
- e) se o crime é cometido em estrita obediência a ordem de superior hierárquico, não manifestamente ilegal, só é punível o autor da ordem.

96. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) a embriaguez culposa exclui a imputabilidade penal;
- b) transportar em proveito alheio coisa que sabe ser produto de crime, consiste em delito de receptação;
- c) subtrair coisa móvel para outrem, sem violência, não constitui crime;
- d) constitui mera infração administrativa a emissão de atestado médico falso;
- e) ser o agente menor de setenta anos, na data da sentença, constitui circunstância atenuante.

97. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o cárcere privado praticado contra ascendente não constitui circunstância agravante;
- b) mesmo quem tem o dever legal de enfrentar o perigo, pode alegar estado de necessidade;
- c) a emoção ou a paixão excluem a imputabilidade penal;
- d) quando, iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, ocorrerá tentativa;
- e) o policial que prende alguém, em flagrante delito, comete constrangimento ilegal.

98. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) constitui crime inserir na CTPS do empregado declaração diversa da que deveria constar, para produzir efeito perante a previdência social;
- b) o empregador que deixar de repassar à Previdência Social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional, cometerá apenas infração administrativa;

- c) calar a verdade, como testemunha, em juízo arbitral, não comete crime de falso testemunho;
- d) inovar artificiosamente, na pendência de processo administrativo, o estado de coisa, com o fim de induzir a erro o perito, não constitui fraude processual;
- e) constranger alguém, mediante grave ameaça, a participar de determinado sindicato, não constitui crime de atentado contra a liberdade de associação.

99. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o arrependimento eficaz cabe nos crimes cometidos com violência à pessoa, desde que reparado o dano, até o recebimento da denúncia, por ato voluntário do agente;
- b) o crime é culposo quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado;
- c) o agente que pratica o fato em estado de necessidade, terá a pena reduzida de 1/3;
- d) ocorre concurso material quando o agente, mediante uma só ação, pratica dois ou mais crimes;
- e) a pena poderá ser atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.

100. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) constitui crime constranger alguém, mediante grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho;
- b) ofender a dignidade de alguém, constitui crime de difamação;
- c) qualquer meio simbólico de causar mal injusto e grave a alguém, tipifica ameaça;
- d) deixar de recolher, no prazo legal, contribuição destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a terceiros, constitui crime de apropriação indébita previdenciária;
- e) impedir alguém de se desligar do serviço, por meio de retenção de seus documentos contratuais, constitui crime.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO
PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

GABARITO

1ª ETAPA

01 - D	11 - B	21 - C	31 - C	41 - E
02 - B	12 - C	22 - D	32 - E	42 - C
03 - E	13 - E	23 - E	33 - A	43 - D
04 - A	14 - A	24 - B	34 - E	44 - B
05 - E	15 - D	25 - B	35 - D	45 - A
06 - A	16 - A	26 - A	36 - B	46 - E
07 - B	17 - B	27 - D	37 - A	47 - C
08 - C	18 - A	28 - A	38 - D	48 - A
09 - D	19 - A	29 - D	39 - E	49 - D
10 - A	20 - C	30 - E	40 - A	50 - C

2ª ETAPA

51 - A	61 - A	71 - D	81 - D	91 - D
52 - A	62 - B	72 - C	82 - D	92 - A
53 - E	63 - D	73 - E	83 - E	93 - B
54 - E	64 - D	74 - D	84 - C	94 - E
55 - B	65 - E	75 - B	85 - D	95 - A
56 - B	66 - C	76 - B	86 - E	96 - B
57 - A	67 - D	77 - E	87 - C	97 - D
58 - C	68 - E	78 - B	88 - E	98 - A
59 - B	69 - D	79 - A	89 - E	99 - E
60 - E	70 - B	80 - C	90 - B	100 - B

Campinas, 14 de junho de 2006.

(a) José Severino da Silva Pitas
Juiz Presidente da Banca Examinadora